

aparecem no livro como (as duas) faces da mesma moeda. Demonstrar a importância desta estreita ligação foi o objectivo principal dos autores.

A cultura de empresa é, portanto, colocada no seu verdadeiro lugar: uma técnica de gestão que, sem substituir as tradicionais formas, as completa. Esta é, sem dúvida, a forma mais realista de a considerar.

António Rafael Amaro

NOTAS

1. Luís Reto e Albino Lopes, *Identidade da empresa e gestão pela cultura*, Lisboa, Edições Sílabo, 1990, p.10.

2. Michel Debay, «La Duperie», *Autrement*, Série Mutations, n.º 100, Septembre, 1988, p. 95. [tradução da nossa responsabilidade; o mesmo se passa com todas as citações seguintes desta obra.]

3. Michel Debay, «La Duperie», *Autrement*, Série Mutations, n.º 100, Septembre 1988, p. 96.

4. Idem, *idem*, p. 97.

5. Idem, *idem*, p. 95.

6. Veja-se, a este respeito, o ilucidativo título da revista *Autrement*, «Le Culte de L'entreprise — Mutations, Valeurs, Cultures», Série Mutations, n.º 100, Septembre 1988.

7. Vítor Guerra, «Cultura da Qualidade», *Expresso*, 10-10-92.

Christophe Charle, *Naissance des «intellectuels» (1880-1900)*, Paris, Les Éditions de Minuit, 1990, 272 pp.

Partindo de um dado empírico de que os intelectuais, como grupo e como conceito, derivam de um paradoxo histórico mal conhecido, facto que muito teria contribuído para o seu uso indevido e contraditório, o autor procurou nesta obra averiguar das condições históricas que marcaram a emergência e afirmação dos intelectuais na sociedade contemporânea. Ao proceder deste modo, Christophe Charle teve a preocupação de acentuar que as conclusões a que chegava diziam respeito, por inteiro, à realidade francesa. Lembra, a propósito, que o próprio termo «intelectual» tem origem francesa e que ao ser «exportado para o estrangeiro, o termo toma um significado pejorativo: caso da Alemanha e dos países anglo-saxónicos» (p. 227, nesta e nas situações seguintes a tradução é nossa). Ao sublinhar esta especificidade francesa do conceito, o autor pretende deixar claro que a sua origem está ligada a um meio histórico bem determinado. E aqui entramos, sem dúvida, na parte mais original do livro: «o romper com a história

heróica dos intelectuais e mostrar que também eles eram filhos do seu tempo, sem os reduzir ao papel de marionetas de forças obscuras» (p. 234).

Assim, a primeira parte da obra é inteiramente dedicada à análise das condições históricas que conduziram ao aparecimento dos intelectuais como grupo em concorrência com as restantes elites. Dentro deste quadro, o célebre caso «Dreyfus», que dividiu as elites francesas no final do século XIX, vai merecer um tratamento privilegiado. Defende o autor que os intelectuais nasceram como resultado deste confronto, designando, logo na sua origem, um grupo que pretendia romper com antigas formas de legitimação políticas, ideológicas e culturais. E assim nasce uma nova elite que não só não desapareceu com o acabar do chamado caso «Dreyfus», como se manteve para se afirmar como um grupo social que, na sua pureza, reivindica para si uma outra forma de estar no mundo, pautando toda a sua intervenção em obediência aos valores tidos como universais. Ou seja, fica claro a partir daqui que a história dos intelectuais não se confunde com a dos letrados, tal só acontece quando as elites cultas se auto-proclamam portadoras de uma missão social e política, assumindo-se, assim, como vanguarda e guia das sociedades.

Pretende, assim, o autor deixar claro que o proselitismo dos intelectuais foi gerado num período de crise de representação e legitimação política que motivou choques, especialmente no seio das elites constituídas. Daí que esta obra dê grande relevo ao choque entre as elites — conceito que também ganha um sentido novo no momento em que o intelectual luta pela sua legitimação — tradicionais e novas (cf. p. 64). Esta concorrência entre as elites tem a sua origem no quadro da III República Francesa, num contexto marcado pela crise de legitimação dos meios dirigentes. Diz a este propósito o autor: «Um dos elementos mais importantes deste contexto histórico específico é constituído pela situação das elites na República e pela sua imagem. O ideal meritocrático contido no programa republicano põe em causa as tradicionais regras de reprodução da classe dirigente(...). «Ora o “intelectual” é o produto, sob a forma mais pura, do imaginário social deste novo modo de reprodução de elites. Ele julga-se no direito de reivindicar um poder e uma posição à parte na sociedade democrática, sobretudo se ele se encontra ligado à universidade» (pp. 229-230). É claro que esta luta, que é ao mesmo tempo social e política, tem duas vertentes principais: uma é o choque entre duas concepções de elite, a outra radica no lugar que o intelectual deve ocupar no contexto de uma República democrática e meritocrática. «Para uns, a elite pura é a elite intelectual, ela mesma reivindica o seu poder simbólico. Inversamente, segundo a posição oficial dos republicanos, a democracia, porque fundada na liberdade e na igualdade de todos, permite aos melhores a legitimidade de governar; a elite designa agora somente os que dominam a ordem estabelecida» (p. 66). Estamos, portanto, perante o problema da legitimação dos dirigentes e da função social dos intelectuais. Deste confronto social e político nasce o intelectual que começa por modificar radicalmente as relações com o poder político. Nasce como que o «partido dos intelectuais» que recorrem aos manifes-

tos, petições, jornais, revistas, etc., para fazerem ouvir a sua voz e se afirmarem social e politicamente. Temos portanto que o intelectual nasce de um contexto político e social bem concreto (1880-1890), marcado por uma crise de representação das tradicionais classes dirigentes e pela expansão sem precedentes das profissões intelectuais. A República e a democracia criaram as condições para que, no seio das elites, se afirmasse uma nova elite colectiva: os intelectuais. Para estes, e o neologismo criado isso significava, era necessário intervir politicamente, apontando os caminhos que conduziam à salvação das sociedades.

Temos para nós que a recente preocupação pela história das elites sociais e intelectuais¹ não é inocente. Num final de século em que, a par da queda de importantes mitos, de esquerda e de direita, se procuram novos caminhos, este debruçar sobre a função das elites na sociedade pode, no mínimo, significar uma interrogação sobre o papel que cabe aos que tradicional e institucionalmente se assumem como portadores do(s) sentido(s) da história. Ou, se quisermos, numa altura em que as sociedades se encontram numa crise de mitos e que tardam a encontrar outros mitos substitutivos(numa visão, a nosso ver, que repete algumas das representações do mito do eterno retorno), a história, e as ciências em geral, filhas elas próprias desta mesma inquietação colectiva, procuram responder, agora de uma forma secularizada, a este rasto de milenarismo que nos envolve sem deixar ninguém indiferente. Pensamos portanto que esta obra, afinal como todas as outras, tem uma estreita ligação com o tempo presente, até pelo extraordinário apelo às origens. Característica que em nada diminui, muito pelo contrário, este importante trabalho. Importante pelas interessantes perspectivas que abre em termos da relação das elites com o poder e pela luta que, no seio destas, se trava pela procura da legitimação social e política. Apesar de ser um trabalho com incidência numa conjuntura bem determinada e com especificidades históricas francesas, ele não deixa de abrir caminho a outras investigações estrangeiras, onde, embora em conjunturas e com características próprias, se repitam situações análogas. E se isto é verdade para outros países, mais o será para Portugal, país periférico culturalmente.

Por tudo isto, estamos perante uma obra que se recomenda, pela riqueza das suas análises, pelo modelo interpretativo e pelas conclusões retiradas.

António Rafael Amaro

NOTA

1. Veja-se, a este propósito, o recente número da revista *Análise Social*, vol. XXVII (116-117), 1992, inteiramente dedicado à *História Social das Elites*.